

O que resta das Luzes?

Maria Constança Peres Pissarra¹

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

mcpp@pucsp.br

Resumo: O propósito deste texto é acompanhar a reflexão de um estudioso do século XVIII – um dexuimiste – Jean-Marie Goulemot, em seu livro *Adieu les philosophes. Que reste-t-il des Lumières?*, entre os vários livros por ele dedicado ao pensamento das Luzes e curiosamente escrito para uma coleção cujo título é no mínimo provocador – *L'avenir du passé* (Seuil, 2001). Nele, o autor propõe evidenciar as contradições e as ambiguidades das Luzes sem ficar circunscrito ao limite temporal do período assim chamado, ou seja, nas palavras do autor, “a partir desse presente que é o meu, dos meus entusiasmos, das minhas recusas, das minhas experiências” (Goulemot, 2001, p. 206).

Palavras-chave: Jean-Marie Goulemot. As Luzes. Continuidade. Descontinuidade

What remains of the Lights?

Abstract: The purpose of this text is to follow the reflection of an eighteenth-century scholar – a dexuimiste – Jean-Marie Goulemot, in his book *Adieu les philosophes. Que reste-t-il des Lumières?*, among the various books he dedicated to the thought of the Enlightenment and curiously written for a collection whose title is provocative to say the least – *L'avenir du passé* (Seuil, 2001). In it, the author proposes to highlight the contradictions and ambiguities of the Enlightenment without being circumscribed to the temporal limit of the period so called, that is, in the words of the author, “from this present that is mine, from my enthusiasms, my refusals, my experiences” (Goulemot, 2001, p. 206).

Keywords: Jean-Marie Goulemot. The Lights. Continuity. Discontinuity.

¹ Professora do Departamento de Filosofia e Ciência da Linguagem e do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Ciências da Linguagem e Artes (FAFICLA), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7307552675907775>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3620-3040>.

A construção de um conceito

No início do primeiro capítulo do livro *Adieu les philosophes. Que reste-t-il des Lumières?*, o professor Goulemot faz uma pergunta desafiadora: “O século XVIII existe?”³ (Goulemot, 2001, p. 9). A aparente ingenuidade da questão é retórica. Por certo, cronologicamente, o século existiu e está encerrado. Mas, lembra o autor, não há concordância entre os estudiosos quanto ao seu início, “poderíamos também dizer que existem séculos XVIII, o que significa admitir que esse século XVIII já é uma construção e que não podemos confundir um século XVIII cultural com um século XVIII histórico e, além disso, um século XVIII político ou social” (Goulemot, 2001, p. 9). Logo, a determinação do seu fim também não é a mera indicação de uma data.

Assim, se, por um lado, há uma identificação entre as Luzes e o século XVIII, por outro, o autor intenta romper essa delimitação redutora ao recorrer à reflexão de dois pensadores e atores privilegiados desse processo de construção, Bernard de Bouvier de Fontenelle (1657 – 1757) e Pierre Bayle (1647 – 1706).

Em 1685, com a revogação do Édito de Nantes, por um lado, os protestantes eram obrigados à conversão ao catolicismo, mas, por outro, ainda que com oscilações, a noção de tolerância alargava-se, como apontava Fontenelle, na *Histoire des Oracles*, ao afirmar a defesa da razão em oposição às superstições e à sua falsa certeza.

Não estou tão convencido de nossa ignorância pelas coisas que existem e cuja razão nos é desconhecida, mas por aquelas que absolutamente não existem e ainda assim encontramos a razão. Isso equivale a dizer que não apenas não temos os princípios que levam ao verdadeiro, mas que temos outros que se acomodam muito bem com o falso (Fontenelle, (1687), 2013, p. 17).

Em seu *Dictionnaire historique et critique* (1693), Bayle referia-se ao século XVIII como um período que seria “cada vez mais esclarecido”. A ênfase da metáfora anunciava o crescimento de um movimento intelectual crítico em marcha e indicativo de um revigorante florescimento de novas ideias. A imagem da claridade como um processo iluminador a ultrapassar a obscuridade, equivalia à concepção do conhecimento racional como possibilidade de superar o obscurantismo. Além disso, lembra Goulemot, em outro texto, *De la tolérance* (1687), Bayle aprofunda a mesma argumentação para simultaneamente afirmar os direitos de consciência individual em relação a todo poder político e assim romper com o princípio que melhor expressou o poder absoluto dos reis: “um rei, uma fé,

² Jean-Marie Goulemot (1937-2023). Normalien (École Normale Supérieure), agrégé de Lettres (1962) e docteur d’État, foi professor e pesquisador da École des Hautes Études en Sciences Sociales, professor emérito da Université de Tours; atuou durante alguns anos na universidade John Hopkins (EUA), bem como em outros países como no Canadá, na Espanha, etc. Tive a honra de ser recebida por ele durante minha bolsa doutoral em Paris, no ano de 1995.

³ Quando não indicada, a tradução é da autora.

uma lei”. A separação entre o âmbito político e religioso é fundamental para a concepção da tolerância⁴, ao destacar as prerrogativas morais da consciência moral.

Em ambos os autores, Fontenelle e Bayle, afirma Goulemot, encontramos a formulação de uma crítica filosófica contundente e o aprofundamento de ideais de liberdade, igualdade e tolerância.

Entretanto, se somos herdeiros dessa tradição, como continuamos a afirmar, qual imagem escolher, indaga Jean Goulemot? Seria melhor construir uma imagem própria? Talvez, afirma ele, pois embora não pareça ser uma decisão simples, a imagem que prevalece é aquela que a memória ajudou a reter e, no caso dele e para toda uma geração de intelectuais do pós-guerra, uma memória cultural e militante das Luzes: “nosso século XVIII será sempre duplamente militante. Militante ele próprio, e igualmente militante na relação com ele que a memória social e cultural nos impõe”. (Goulemot, 2001, p. 11). Daí decorre sua afirmação de que a figura do intelectual público é devedora do século XVIII no seu reconhecimento da tolerância religiosa, da crítica ao luxo, à riqueza e à injustiça presentes nos textos dos filósofos da época, por ele destacados, como Rousseau, Voltaire, Diderot e Condorcet. No entanto, essas “dívidas” não significam uma continuidade dos conceitos. Essa é a ideia central defendida por Goulemot: desconstruir a concepção de certa continuidade das Luzes presente nos séculos posteriores ao se afirmarem seus herdeiros.

Mas, não importam os limites irregulares ou a diversidade de aspectos: a Filosofia das Luzes não se separa de sua inscrição no século XVIII. É nesse passado que vale por si só, que as Luzes estão inscritas. Na expressão de Goulemot, o termo porta uma carga significativa, a metáfora não é neutra como indica a tradição ocidental antes mesmo do século XVIII, ao opor a luz do espírito às trevas do mal. Opor-se às Luzes equivale a opor-se à Razão, pois detentor de capacidade cognitiva, o homem deve fazer um uso crítico da racionalidade em relação aos preconceitos, superstições e ignorância, ressalta o autor ao citar o texto kantiano para afirmar que as Luzes representam,

a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem (Kant, 2009, p. 63)⁵.

Essa é a coragem necessária, que desafia limites e sacode o jugo da autoridade e da tradição. O homem posto no centro do mundo acredita no progresso dos conhecimentos e na capacidade da

⁴ Importante frisar que a tolerância não significa para Bayle apenas a ausência da perseguição em uma época ou outra; ao contrário, trata-se da construção de um conceito filosófico.

⁵ Como frisa Goulemot, o texto kantiano, originalmente publicado em 1784, no jornal *Berlinische Monatsschrift*, não foi o primeiro nem o único, talvez tenha sido o mais conhecido da posteridade. Em dezembro do ano anterior, 1783, Johann Friedrich Zöllner, publicara um artigo contra o casamento civil, defendido alguns meses antes por um autor anônimo. Em meio a essa polêmica, Zöllner destacou como fundamental a defesa do casamento religioso, ao mesmo tempo que chamava a atenção da confusão criada sob o nome de “esclarecimento” em uma pergunta em uma nota de rodapé: “O que é esclarecimento”? Para Zöllner, se não nos esclarecêssemos a nós mesmos, não saberíamos respondê-la. O primeiro a propor uma resposta foi Moisés Mendelssohn (1729-1786), em setembro de 1784, no mesmo periódico, com o título *Sobre a pergunta: o que quer dizer esclarecer?*

razão de ultrapassar os obstáculos à expansão dos esforços do espírito humano. O pensador alemão toma a filosofia das Luzes como uma liberação do homem graças ao pensamento, ou seja, ao fazer uso do seu próprio entendimento, o homem atinge a maioridade pela autonomia, deixa a tutela de outrem ao alcançar a responsabilidade pela maioridade⁶.

A expressão “Luzes” não é neutra, destaca Goulemot, seu uso é intencional: se a tradição ocidental por muito tempo rejeitou a noite e opôs a luz do Espírito às trevas do Mal, a escolha da palavra na expressão “século das Luzes”, não está despida de significação ao transferir a luz de Deus para as Luzes da Razão. Entre elas e nós, muito do que aconteceu, de positivo e negativo dificulta a análise dessa herança: nem sempre fica clara a historicidade própria do século XVIII permeada por uma sequência de reconstruções aleatórias.

Mas, não nos enganemos: Goulemot não pretende nos apresentar uma defesa ufanista das Luzes. Ao contrário, a continuação da leitura de seu livro, para melhor entender a construção desse conceito, uma análise mais acurada põe em dúvida uma concepção linear das Luzes, ao mesmo tempo que aponta os obstáculos da análise: “há uma grande dificuldade em analisar a herança das Luzes em nosso século XX” (Goulemot, 2001, p. 14). Essa constatação torna inadequada a pergunta sobre o que resta hoje do século XVIII, ao passar a imagem de unidade⁷ do período e simultaneamente ocultar que esse século também é “uma sequência de reconstruções aleatórias possuindo sua historicidade própria” (Goulemot, 2001, p. 14), embora, por vezes, continuamente reconstruída. Não importa apenas o que se transmite de uma época à outra, é fundamental nessa passagem considerar o trabalho do tempo e suas várias camadas acumuladas.

Se requer prudência afirmar o século XVIII como o momento de origem de tudo que positivamente lhe é posterior, em uma relação de causa e efeito, tampouco atribuímos às Luzes a origem de todas as mazelas que as sucederam nos séculos a seguir – tais como guerras, revoluções etc. Qualquer uma das duas posições nos leva a conclusões equivocadas, destaca Goulemot: as Luzes não são a causa primeira da Revolução Francesa que ocorreu em 1789 e de certa forma encerrou o século XVIII; não defendemos a tolerância porque somos herdeiros de Jean Calas⁸, muito menos

⁶ Por certo, essa discussão é bem mais ampla; mas, aqui, trata-se apenas de retomar a referência feita a ela por Goulemot, em seu texto.

⁷ Em outro texto, *Les lumières en politique*, Goulemot afirma que abordar esse tema exige atentar mais à heterogeneidade do que à unidade da discussão, pois “o projeto político das Luzes é difícil de reconstruir, posto que só foi parcialmente partilhado pelos filósofos mais conhecidos” (Goulemot, 2016, p. 951). Embora se possa falar do engajamento político dos homens das Luzes, isso ocorreu de forma distinta: para Voltaire, por exemplo, o engajamento foi muito mais civil do que político; já para a maior parte deles, com exceção de Turgot e Condorcet, a ação política limitou-se aos seus escritos “ou a comportamentos ambíguos na relação com os poderes estabelecidos que muitas vezes os utilizaram para fins que eles não desejavam” (Goulemot, 2016, p. 951).

⁸ Voltaire. *Tratado sobre a tolerância*, SP: Martins Fontes, 2000.

continuamos racistas porque a Revolução Francesa não acabou com a escravidão e com o tráfico dos navios negreiros! Opõe-se, radicalmente, a tal leitura de certa forma ingênua posto que superficial.

Para melhor construir sua argumentação, retoma a concepção de alguns autores⁹, que defendem duas correntes antagônicas que ali se opunham: um Iluminismo moderado que procurava um compromisso político entre a religião e a filosofia e entre esta e a aristocracia e, um Iluminismo radical, definido como uma corrente spinozista que combina a doutrina da substância única (monismo filosófico) com o princípio da democracia e com uma filosofia moral puramente laica baseada na igualdade. Haveria, assim, um cenário de divisão entre radicais e moderados, dentro do próprio iluminismo, sendo o primeiro, palco para as ideias já presentes por exemplo em Montaigne, Espinosa, Descartes, Hobbes, Shaftesbury e posteriormente em Diderot, D'Argens, Voltaire, Rousseau, D'Holbach, Hume, La Mettrie, ao passo que o segundo representaria a oportunidade de manifestação de Pascal, Locke, Newton, dentre outros, que possuíam como aspecto comum a devida adaptação do pensamento às instituições religiosas (católicos, luteranos e calvinistas)¹⁰.

Jean Goulemot adverte o seu leitor sobre o perigo que essa divisão ingênua e linear carrega e suas possíveis ciladas. Para eludir esse pensamento equivocado, é necessário perceber uma outra contribuição das Luzes ao nos fornecer os instrumentos críticos que permitiram questionar as ordens ali presentes. Sem dúvida, o papel das Luzes foi significativo para a tomada de consciência que fez nascer as causas políticas e sociais: por certo não foi a causa única da Revolução, mas foi o discurso filosófico que ali se consolidou “que permitiu a passagem do súdito submisso ao cidadão consciente e, ao dotá-lo de um olhar crítico sem limites reais, permitiu sua ação política e o advento da Revolução” (Goulemot, 2001, p.16).

Tentar compreender o significado das Luzes, significa identificar suas heranças.

⁹ Jean-Marie Goulemot vê particularmente com ressalvas o texto de um desses autores, Jonathan Israel, *Radical enlightenment: philosophy and the making of modernity, 1650-1750*. Oxford: Oxford University Press, 2001. Em sua análise, Israel destaca três questões: em primeiro lugar, somos ainda hoje herdeiros das querelas sobre a liberdade e laicidade presentes no século XVIII; em segundo lugar, é preciso indagar “onde” e “quando” as Luzes aconteceram, uma vez que defende que nem a França, nem a Inglaterra tiveram essa primazia, sendo muito mais algo que envolveu de maneira unificada toda a Europa, sobretudo na primeira metade do século; e, por último, essa unidade resultou das ideias de Spinoza presentes em seu *Tratado teológico-político* sobre a liberdade de pensar e a liberdade de expressão. Ainda seríamos hoje herdeiros dessas Luzes radicais – expressão-título de outro livro do historiador inglês.

¹⁰ Roland Mortier em seu texto “Lumière et lumières, histoire d’une image et d’une idée” (*Clairtés et ombres du siècle des Lumières. Études sur le XVIIIème siècle littéraire*. Genève: Droz, 1969), afirma que foi na segunda metade do XVII que a expressão se laicizou, dando como exemplo Malebranche, *La Recherche de la vérité*: “É o próprio Deus que esclarece os filósofos quanto aos conhecimentos que os homens ingratos chamam de naturais embora eles não lhes venham a não ser do Céu. Deus é propriamente a Luz do espírito e o pai das luzes. É a verdadeira luz que esclarece a todos os que veem a este mundo” (*Apud* Mortier, 1969, p. 10). Quando referida a Deus, a palavra luz aparece no singular; já na referência aos conhecimentos humanos, no plural – luzes. “A partir do século XVII a identificação cartesiana da razão com a luz natural levou a um deslocamento de valor no uso do termo. Entende-se por luz(es) o conjunto de aptidões do espírito, o desenvolvimento do saber humano”. Portanto dois movimentos convergentes: ao mesmo tempo que se laiciza, o conceito se aproxima da noção de progresso (Mortier, p. 18).

Diferentes heranças

Esse século “ao qual nós fazemos referência, é ele mesmo uma construção comum, objeto de diferentes interpretações, uma espécie de imagem de caleidoscópio, movente, reconstruída a partir dos mesmos elementos e no entanto, submetida a iluminação mais ou menos vivas” (Goulemot, 2001, p.17-18). A herança das Luzes, como de qualquer época, significa carregar o imaginário por ela produzido, aceitando-o ou não, o que equivale a dizer que não é fácil estabelecer de qual legado se trata, bem como o que permanece ou o que se altera em nossos comportamentos, crenças e projetos.

Assim, nem analisar apenas sua própria representação das Luzes, nem rejeitar simplesmente a imagem recebida. Ao contrário, estudar o século das Luzes, insiste Goulemot, requer que aquele que o faça, atente para “um mosaico” sempre em movimento, como um “levantamento topográfico, uma investigação policial, uma pesquisa arqueológica e uma observação vigilante” multifacetada, cautelosa e atenta (Goulemot, 2001, p. 18).

Portanto, Goulemot não propõe escrever um catálogo de valores, nem classificar o inventário das ferramentas mentais herdadas do século XVIII – muito embora várias sejam as dívidas com aquele pensamento e muitas as perspectivas possíveis de análise, por vezes assentadas em uma ilusão retrospectiva, ilusão essa que ele recusa, pois há sempre a tentação de analisar sua própria representação ou criticá-la para melhor a desmistificar.

A dificuldade é ainda maior – ironiza Goulemot no início do segundo capítulo – quando se quer “indagar sobre as Luzes no quadro de uma coleção (...) consagrada ao futuro do passado”! (Goulemot, 2001, p. 19). Ora, como referido logo no primeiro parágrafo deste artigo, é disso que se trata no livro por ele escrito e aqui em parte comentado.

Trata-se, de certa forma, de investigar tal como um detetive policial diferentes pistas, observando-as de modo prudente e atento. E, para não vagar a esmo, podemos começar por indagar qual a nossa dívida em relação às Luzes: tolerância, liberdade, autonomia da razão, dever de crítica, crença no progresso etc. Mas, não se trata, apenas, de partir de nossas práticas morais. Por que não partir “dos princípios, dos modos de pensamento, dos conceitos e procurar na constituição dos novos saberes aquilo que funda nossa modernidade científica”? (Goulemot, 2001, p. 19). Mas, insiste, é preciso cautela, não podemos cair em uma ilusão retrospectiva para não nos perdermos novamente em “uma enumeração incompleta e discutível” (Goulemot, 2001, p. 20), pois a ação do tempo pode ter provocado profundos abismos, não podemos descuidadamente cair neles.

De forma oposta àqueles que defendem que no século XVIII estaria a origem da modernidade, bem como de todas as mazelas dela decorrentes, Jean Goulemot propõe ao seu leitor “buscar, acima de tudo, trazer à luz a partir do recurso ao Iluminismo que nos estabelece em uma tradição e, paradoxalmente, também no coração da modernidade, o trabalho da memória, os usos abusivos do

Iluminismo adaptado, reconstruído, inventado até mesmo de acordo com novas questões e interesses imediatos” (Goulemot, 2001, p. 27).

Ao final do segundo capítulo, fica explícita a recusa de Goulemot dos dois caminhos percorridos pela quase totalidade dos pesquisadores sobre as Luzes: nem catálogo dos valores, nem inventário de um espólio mental herdado. A perspectiva de sua análise é antes crítica que conciliadora – não para anular a contribuição das Luzes, mas para resgatar pelos fios da memória diferentes engajamentos, denúncias e críticas. Se o trabalho investigativo o atrai, recusa o olhar do arqueólogo¹¹ que procura entre as ruínas do passado tudo o que pode auxiliá-lo na recomposição de um tesouro perdido: “as Luzes não são um todo, em ruína ou conservado em seu rigor primitivo, que poderíamos reencontrar ao final de escavações obstinadas sob as areias do tempo e bastaria tirar a poeira para retomar a sua luminosidade, a clareza de seu primeiro dia” (Goulemot, 2001, p. 28).

Logo, se as Luzes não são um todo, não há um denominador comum de certas “práticas e discursos” de um autor ao outro, de um século para outro. Sem a apropriação da posteridade não haveria o *lugar* das Luzes; compreender esse espaço, requer andar em ziguezague e não em linha reta, significa identificar uma “ausência real” para só então compreender sua “presença ilusória”. (Goulemot, 2001, p. 29). É a apropriação da posteridade que constitui as Luzes: é a herança que as fazem existir, ao lhe darem um lugar no tempo e no espaço.

Adieu les philosophes: dos usos abusivos do Iluminismo adaptado

Nos capítulos um e dois, Goulemot explorou conceitualmente as Luzes e seu legado ainda hoje disputado e discutido. A partir do capítulo terceiro, passa a indagar a presença ou ausência dessa herança – talvez a expressão correta fosse *desses despojos*, pois como ele já destacou desde o início, não se trata de passagens que vão sendo acrescidas de uma etapa a outra como se formassem um todo único e harmônico. Logo, nesse labirinto, só é possível caminhar com o auxílio de fio de Ariadne.

É esse fio da *sua* memória que o transporta a maio de 68 quando ainda assistente e pesquisador na Sorbonne, interessou-se pelo estudo das Luzes mais por razões morais e políticas, menos por verdadeiro interesse político (Goulemot, 2001, p. 30). Pareceu-lhe, naquele momento, ali ver uma ligação direta entre as Luzes e toda a ebulição do movimento estudantil do final dos anos sessenta, mediado pelos acontecimentos de 1848 (na França). Nas suas palavras, cada intervenção nas assembleias e cada novo grafite nas paredes, pareciam fazer reviver atitudes, imagens e discursos que sabia pertencer a épocas passadas, mas que ali reapareciam mais vivazes do que nunca.

Só duas décadas depois, quando das comemorações de vinte anos dos acontecimentos de 68, ao se debruçar sobre os slogans da época, compreendeu o equívoco dessa percepção de continuidade.

¹¹ Goulemot retoma a noção de Michel Foucault de arqueologia.

A análise das imagens e a releitura da literatura da época traduziam um enorme distanciamento sobre o XVIII, como passa criticamente a relatar:

como os estudantes althusserianos, cujo mestre refletira sobre Montesquieu e Rousseau podiam ignorar de tal forma o século XVIII? (...) Eu me perdia em conjecturas e me obstinava a procurar explicações culturais a uma ausência que eu, para quem a referência ao século XVIII e às Luzes, tinha sido determinante, eu não conseguia perceber um evidente desinteresse ideológico (Goulemot, 2001, p. 30).

Como afirma, gradativamente, compreendeu o significado dessa indiferença entre os estudantes, mas também entre boa parte dos colegas: um distanciamento de uma cultura ligada ao lugar privilegiado da educação em sua relação com a República, com a sociedade civil, com os imperativos morais e cívicos para os quais a referência às Luzes, há mais de um século, tinha um papel fundamental. Desde meados do século XIX, em especial na França, vários acontecimentos definiram as utopias socialistas, o lançamento do Manifesto do Partido Comunista, o Segundo Império e sua sociedade da ordem que viu nascer um poderoso capitalismo bancário que provocou vertiginosos enriquecimentos especulativos e consequentemente novas formas de viver e de conceber a cultura.

Goulemot dedica os capítulos seguintes a explorar a repercussão de cada uma das etapas da chegada vertiginosa dessa herança ao século XX. Não se trata, aqui, de passar por cada um desses momentos, apenas cabe destacar que foi esse seu olhar retrospectivo voltado para o século XVIII ao final do século XX, que lhe permitiu compreender a ausência e de certa forma desprezo pelas Luzes naquelas Jornadas de Maio:

as palavras de ordem de 68 não traduziam um mundo e um imaginário políticos em ruptura com o mundo capitalista e burguês e só em aparência exaltavam o individualismo anarquista, a imaginação surrealista, a revolta contra os poderes, a juventude do mundo, o prazer pelo prazer, ao contrário, significava uma cultura mais publicitária do que literária, mais comunicante do que humana ou mesmo fraternal, mais despolitizado do que revolucionária, mais hedonista do que comunitária (Goulemot, 2001, p. 38).

Entre os dois momentos, há uma fratura cultural e ideológica. De um lado um sujeito hedonista e narcisista, de outro, como referido acima¹², as Luzes pensavam o homem livre em suas relações com a comunidade, no seu uso livre da razão, a autoridade suprema. Dessa forma, afirma Goulemot, “depois de 68, na reflexão intelectual e universitária, predomina um século XVIII marginal e frequentemente submetido à crítica” (Goulemot, 2001, p. 41).

Conclusão

¹² Ver p. 4.

Em seu livro, Jean-Marie Goulemot chama à atenção sobre duas leituras equivocadas – de sua perspectiva – das Luzes.

O primeiro equívoco seria acreditar em uma espécie de apaziguamento de todas as contradições das Luzes, seja pela objetivação, seja pelo esquecimento delas como modelo; não foram poucas as vezes que os estudiosos sobre o século XVIII confundiram a pesquisa e a militância (maio 68), sobrepondo-as e produzindo embates que não serviram nem a uma coisa, nem à outra.

Já o segundo equívoco seria acreditar que a atualização das Luzes é uma solução para os conflitos contemporâneos.

Goulemot recusa ambos os equívocos: não se pode transpor do passado para o presente o pensamento de uma época, mesmo que sua análise crítica possa nos auxiliar na compreensão de nossas contradições. Trata-se da posição de uma época específica. A missão crítica proposta aos intelectuais pelo Iluminismo é um princípio a ser adotado e não uma experiência a ser reproduzida, mesmo que questões que ali estavam, também possam ser observadas hoje, como por exemplo, a intolerância. Ora, mas se trata da mesma intolerância? Certamente não, o fanatismo mudou de rosto e de continente. “*L’infâme*” – na expressão de Voltaire – hoje, não corresponde ao mesmo inimigo do século das Luzes a ser combatido. O fanatismo mudou de rosto e de continente. A luta contra a intolerância deve ser direcionada ao alvo certo e não deve prolongar batalhas que se tornaram obsoletas, insiste Goulemot.

Um retorno ao Iluminismo não deve nos levar a concluir que a história nunca deixa de se repetir, mesmo que às vezes estejamos inclinados a acreditar que o homem é o único animal que comete o mesmo erro duas vezes. A sua análise é também o relato do pesquisador em diálogo com seus possíveis equívocos. Como historiador, afirma que fazer a história de sua disciplina é tanto um dever quanto uma sábia precaução, é a possibilidade de rever possíveis erros de leitura.

De modo algum, Goulemot apresenta uma leitura revisionista, nem pretende apresentar um século XVIII mais equilibrado do que foi. A sua tese central que procurei aqui expor, propõe:

1. Pensar o século XVIII, como qualquer outro, a partir do presente do autor com seus entusiasmos, recusas, experiências e seu trabalho de pesquisador;
2. Não permanecer confinado às Luzes;
3. Mostra as Luzes e seus filósofos como algumas vezes contraditórios e frequentemente ambíguos.

Referências

BAKER, Keith Michael; REILL, Peter Hanns (orgs). *What’s left of Enlightenment? A postmodern question*. Stanford: Stanford University Press, 2001.

BAYLE, Pierre. *De la tolérance*. Paris: Presses Pocket, 1992.

DELON, Michel. *Dictionnaire européen des Lumières*. Paris : Albin Michel, 2007.

FONTENELLE, Bernard de Bouvier, *Histoire des Oracles*. UQAC : Québec, 2013, Site web: <http://bibliotheque.uqac.quebec.ca/index.htm>.

GAY, Peter. *The Enlightenment: an interpretation*. New York: Norton, 1977.

GOULEMOT, Jean-Marie. *Adieu les philosophes. Que reste-t-il des Lumières ?* Paris : Seuil, 2001.

GOULEMOT, Jean-Marie. *De la polémique sur la Révolution et les Lumières et des Dix-huitiémistes*. In: *Dix-huitième Siècle*, n°6, Paris, 1974, pp. 235-242.

GOULEMOT, Jean-Marie. Les lumières en politique. *Texto, género y discurso en el ámbito francófono*. Salamanca : Ediciones Universidad Salamanca, 2016.

ISRAEL, Jonathan. *Democratic enlightenment: philosophy, revolution, and human rights 1750-1790*. New York: Oxford University Press, 2011a.

ISRAEL, Jonathan. *Enlightenment contested: philosophy, modernity, and the emancipation of man, 1670-1752*. Oxford: Oxford University Press , 2006.

ISRAEL, Jonathan. *L'histoire intellectuelle des Lumières et de la Révolution: une incursion critique*. La lettre clandestine, Paris et Lyon, v. 19, p. 173-226, 2011b.

ISRAEL, Jonathan. *Radical enlightenment: philosophy and the making of modernity, 1650-1750*. Oxford: Oxford University Press , 2001.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: Que é "Esclarecimento"?(Aufklärung). In: Textos seletos. Tradução de Floriano de Sousa Fernandes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LILTI, Antoine. *L'héritage des Lumières: ambivalences de la modernité*. Paris: Gallimard; Seuil, 2019.

LILTI, Antoine. *Comment écrit-on l'histoire intellectuelle des Lumières? Spinozisme, radicalisme et philosophie?* Annales HSS, Paris, v. 64, n. 1, p. 171-206, févr. 2009.

MASSEAU, Didier. *L'invention de l'intellectuel dans l'Europe du XVIIIe. siècle.* Paris: PUF, 1994.

MORTIER, Roland. *Lumière et lumières, histoire d'une image et d'une idée. Clairtés et ombres du siècle des Lumières. Études sur le XVIIIème siècle littéraire.* Genève: Droz, 1969.

VOLTAIRE. *Tratado sobre a tolerância.* SP: Martins Fontes, 2000.

Recebido em: 30/06/2024

Aprovado em: 30/08/2024